



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17683 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

A PERMANÊNCIA DE COTISTAS NO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR DA UFBA: ENTRE OS ENTRAVES FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS

Leone Alves da Silva - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Marta Lícia Teles Brito de Jesus - UFBA - Universidade Federal da Bahia

**A PERMANÊNCIA DE COTISTAS NO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR DA UFBA:**  
ENTRE OS ENTRAVES FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS

---

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo discutir a expectativa de cotistas do Bacharelado Interdisciplinar (BI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em ingressar em curso profissional, durante a vivência e conclusão do curso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa finalizada em 2022, cujos resultados ainda precisam ser amplamente debatidos junto à comunidade acadêmica.

Entendemos por curso profissional aqueles tradicionalmente ofertados na graduação, podendo ser Licenciatura e/ou Bacharelado, como Pedagogia, Engenharia Civil, Direito, entre outros. Na UFBA, esses cursos são denominados Cursos de Progressão Linear (CPL).

O BI é um curso baseado no modelo de ciclos, de caráter interdisciplinar, com terminalidade própria, que permite ao egresso continuar o seu percurso universitário por meio do ingresso em um curso profissional também no nível da graduação (segundo ciclo) ou seguir em estudos de pós-graduação, nos cursos de mestrados (terceiro ciclo).

Para a transição do egresso do BI para o segundo ciclo, o candidato deve passar por um novo processo seletivo que considera, prioritariamente, o coeficiente de rendimento (CR-BI), calculado com base nas notas dos componentes curriculares obrigatórios e optativos do BI e do curso profissional pretendido, ponderadas por fatores específicos.

A seleção permite que o candidato indique até três cursos, com possibilidade de uma nova rodada caso não seja aprovado em nenhuma das opções iniciais. Em caso de empate, são aplicados critérios adicionais: a maior média nas disciplinas obrigatórias do BI, a maior carga horária cumprida em componentes obrigatórios, e a maior carga horária em componentes optativos.

Dessa forma, a hipótese inicial da pesquisa foi a de que a escolha pelo BI da UFBA pelos cotistas se constituiu como uma forma de ingressar na universidade pública, com vistas a cursar no segundo ciclo, um curso profissional de alta concorrência nos processos seletivos. Os resultados demonstram, como veremos mais adiante, que a escolha pelo curso foi uma alternativa viável, contudo, o ingresso e a permanência no curso não foi um processo fácil.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa consistiu na análise de um banco de dados contendo informações sobre jovens que participaram de um projeto de extensão da UFBA, que visava apoiar estudantes concluintes da educação básica da rede pública estadual e federal de ensino em seu processo de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como, realização de entrevistas com três egressas do BI.

As estudantes entrevistadas possuem um perfil semelhante, qual seja, são autodeclaradas pretas e pardas, egressas de escolas públicas e quando participaram do projeto de extensão possuíam renda familiar per capita de até um salário-mínimo e moravam em bairros do subúrbio e periferia de Salvador.

A seleção das entrevistadas considerou ter cursado o BI UFBA, ter ingressado no curso por meio das cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas e que demonstraram interesse em relatar suas estratégias de acesso e permanência no curso, independente de, após a conclusão do BI, terem feito a transição para o curso profissional ou não.

Desse modo, entrevistamos Débora, formada no BI em Saúde, e Deise no BI em Ciência e Tecnologia, que estavam cursando o segundo ciclo; Denise também formada no BI em Saúde que não cursa um curso profissional. Os nomes utilizados são fictícios a fim de proteger a identidade das entrevistadas.

A pesquisa aqui apresentada teve por objetivo identificar os motivos da escolha pelo BI pelas sujeitas pesquisadas, as suas trajetórias de permanência no

curso e os seus projetos futuros. Entretanto, neste texto, apresentaremos os resultados obtidos referente a permanência das pesquisadas no curso, procurando evidenciar os entraves formativos e institucionais que emergem das narrativas das cotistas entrevistadas.

## **2 A PERMANÊNCIA DE COTISTAS NO BI DA UFBA**

A ideia de permanência aqui discutida está relacionada à política de assistência estudantil e as políticas afirmativas, tal como explorada por Dyane Santos (2009), que discute a permanência de estudantes negros como política afirmativa. Por ação afirmativa, entendemos um conjunto de políticas públicas que visam superar as desigualdades que atingem minorias e grupos que foram discriminados e excluídos no passado para compensar as desvantagens impostas devido ao racismo e outras formas de discriminação (Munanga, 2007; Oliven, 2007).

Dyane Santos (2009) argumenta que a permanência, “como a possibilidade do estudante em manter os seus estudos até o final do curso” (p. 78), está ligada a duas dimensões: material e simbólica. A dimensão material está associada às condições objetivas e materiais de existência dentro da universidade, como dinheiro para comprar livros, pagar transporte, se alimentar, entre outros. A segunda dimensão está ligada as condições simbólicas, que tem relação com a sociabilidade, o reconhecimento e o pertencimento à universidade.

Desse modo, entendemos a permanência estudantil no ensino superior enquanto política pública, bem como, um conjunto de práticas e estratégias empreendidas para se manter na estrutura acadêmica até o final dos seus estudos.

A alteração do perfil de discentes nas últimas duas décadas com o aumento de estudantes cotistas gerou uma demanda por políticas de permanência estudantil. A UFBA, segundo Sotero (2022), teve um diferencial, pois inclui a permanência nos eixos do programa de ações afirmativas da universidade. Isto é, as políticas afirmativas de acesso foram planejadas em articulação com a permanência. Entretanto, o cenário atual de corte de verbas para o financiamento do ensino superior coloca “[...] em risco a abrangência da política e o número de estudantes atendidos” (Sotero, 2022, p. 11).

O perfil das entrevistadas faz parte do grupo citado por Sotero (2022), o que demonstra a relevância de contribuirmos com o debate a partir das narrativas das pesquisadas. Nesse sentido, no próximo tópico, apresentaremos o perfil das entrevistadas que ingressaram, permaneceram e concluíram o BI, e a análise das entrevistas, destacando os desafios e as oportunidades que eles encontram ao

longo do percurso acadêmico.

## **2.1 Perfil das cotistas formada no BI da UFBA**

As entrevistadas são mulheres e estudaram o ensino médio na rede pública federal de ensino, na modalidade integrada ao curso Técnico em Edificações. Além disso, elas foram beneficiárias do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE) do Instituto Federal que cursaram o ensino médio. Embora elas apresentem características comuns, é importante dizer que tal semelhança não foi intencional, visto que não foi critério de inclusão para participação na pesquisa.

Em relação perfil pessoal e familiar, Débora e Denise tinha 24 anos de idade no momento da pesquisa e se autodeclararam pardas. Os pais de Débora tinham ensino médio completo. A mãe de Denise também possuía ensino médio completo, enquanto o pai não concluiu o ensino fundamental. Deise tinha 27 anos de idade e se autodeclarou preta. O seu pai possuía ensino fundamental completo e sua mãe tinha ensino superior completo, formada em uma instituição privada, no curso de Licenciatura em Geografia.

Quanto ao acesso aos cursos, Denise e Débora são formadas no BI em Saúde; e, Deise, graduada no BI em Ciência e Tecnologia. Todas elas ingressaram, nos seus respectivos cursos, no turno noturno, através da modalidade de cota reservada para candidatos pretos/pardos/índios com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Deise e Débora Deise passaram para o segundo ciclo, e cursavam Arquitetura e Urbanismo e Medicina, respectivamente, os quais eram seus desejos a priori. Elas participavam do programa Permanecer da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE-UFBA), na condição de bolsista. Consideravam ainda que a conclusão do primeiro curso e a permanência no curso atual devia-se ao programa e políticas de assistência estudantil da UFBA e ao apoio da família e amigos. Denise estava cursando Serviço Social também na UFBA, porém ingressou via um novo Enem, pois não logrou êxito na passagem para o segundo ciclo, no curso de Enfermagem.

## **2.2 O que nos dizem as jovens sobre a permanência no curso superior?**

A pesquisa revela que, para essas estudantes, a participação em atividades de pesquisa e extensão foi fundamental para uma vivência mais completa e rica na universidade. Deise, por exemplo, enfatiza que, ao se envolver com a pesquisa,

através da Iniciação Científica com bolsa do Programa Permanecer, ela conseguiu explorar a “universidade de forma geral”, adquirindo “tantas experiências ricas” que se tivesse ingressado diretamente em um curso específico poderia não ter aproveitado, conforme pode ser observado no depoimento a seguir.

[...] como eu estava no curso de Ciência e Tecnologia, eu acabei me jogando. Eu falei “não, já estou aqui e vou me jogar.” Eu entrei no grupo de pesquisa do Instituto de Matemática que trabalha com tecnologia. E eu acabei indo pra essa parte de tecnologia e educação [...] Foi uma coisa que eu vi que se eu tivesse entrado em Arquitetura direto, não teria experimentado a universidade de forma geral, eu não teria tido tantas experiências ricas. Então, pra mim, o BI foi conhecer a universidade de forma geral. Não ficar apenas isolada numa faculdade.

As políticas de assistência estudantil foram essenciais para Débora, que, através da bolsa também do Programa Permanecer, conseguiu sustentar sua vida acadêmica sem pensar em desistir. Ela ressalta que o auxílio financeiro facilitou sua permanência e dedicação aos estudos. Vejamos:

Então, o BI me abriu portas no sentido de eu ter uma independência financeira melhor, porque eu recebia bolsa Permanecer desde então. Eu também recebi auxílio transporte pela PROAE. Então, essas coisas facilitaram minha vida, sabe? Porque no IFBA eu também tinha o auxílio, que era o auxílio transporte [...] E aí quando eu passei na UFBA, eu consegui também através do BI outras bolsas, outros auxílios financeiros que me ajudaram bastante. Então eu não pensei em desistir, entrei e segui e fui, só fui.

As narrativas de Débora e Deise contemplam as duas dimensões da permanência estudantil definida por Santos (2009). A fala de Deise deixa claro a presença da proposta curricular do BI na dimensão simbólica, contribuindo que a estudante se reconheça na universidade e, ao mesmo tempo, remetendo à ideia de interdisciplinaridade como resultado do trânsito de pessoas, no fazer cotidiano da ciência (Sampaio; Santos, 2015). O depoimento de Débora reafirma ainda a importância da política de assistência estudantil desde a educação básica, do ponto de vista material, alertando sobre os possíveis efeitos com a redução nos investimentos nesse eixo, pois ela foi bolsista do PAAE no Instituto Federal, escola que estudou o ensino médio.

No entanto, a pesquisa revela os obstáculos enfrentados pelas estudantes no BI, especialmente no que diz respeito à matrícula em componentes curriculares necessários para a transição para o segundo ciclo de formação, que é o ingresso em cursos profissionais, como Medicina. Deise relata a dificuldade em conseguir vaga nessas disciplinas, descrevendo o processo como uma verdadeira “luta” para

garantir as matérias que poderiam melhorar seu coeficiente de rendimento (CR-BI) e, assim, aumentar suas chances de sucesso na transição para o curso desejado.

A Resolução nº 03/2016 do Conselho Acadêmico de Ensino (CAE), que reservou vagas em disciplinas sem pré-requisitos dos cursos profissionais para estudantes do BI, é mencionada como uma conquista importante. A falta de regulamentação anterior resultou em sete anos de dificuldades para os estudantes, que precisavam lutar para conseguir se matricular nas disciplinas que eram essenciais para seus planos acadêmicos. A normativa foi resultado de esforços empreendidos por docentes, estudantes, gestores e técnicos do BI para diluir as resistências institucionais e intelectuais (Almeida, 2018).

Deise, por exemplo, conseguiu aproveitar essa normativa apenas nos últimos semestres de seu curso, após passar grande parte de sua graduação enfrentando dificuldades para acessar as disciplinas de seu interesse. Débora, que estudou no BI após a implementação da normativa, relata que sua estratégia de sucesso envolveu a indicação de colegas sobre quais matérias e professores escolher, o que a ajudou a manter um bom CR e, conseqüentemente, melhorar suas chances de transição para o curso de Medicina. Ela descreve sua trajetória no BI como um “efeito manada”, em que o bom desempenho inicial levou a uma sequência de escolhas bem-sucedidas ao longo do curso.

Por outro lado, Denise apresenta uma perspectiva mais crítica, destacando as dificuldades de conciliar o BI com suas responsabilidades financeiras e familiares. Ao contrário de Débora e Deise, que puderam se dedicar integralmente à universidade, Denise precisou trabalhar, o que a impediu de aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pelo BI. Para Denise, o BI é um curso “incrível”, mas apenas para quem tem o privilégio de se dedicar integralmente aos estudos sem pressões externas.

Para estudantes das camadas populares, o curso superior representa uma garantia de ampliação das chances no mercado de trabalho, e até mesmo mudança de emprego ou progressão funcional (Bassalo; Weidong; Weller, 2016; Zago, 2016). No entanto, a partir da fala de Denise, nos levou a compreender que o caráter não profissional do BI possui um limite em sua proposta formativa para estudantes provenientes de famílias, nas quais a inserção no trabalho e a participação na renda são demandas eminentes.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da pesquisa destacam a importância das políticas de assistência estudantil para garantir a permanência de estudantes cotistas no ensino

superior e principalmente em cursos novos como o BI. Auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica e extensão, são cruciais para a manutenção desses estudantes na universidade. Além disso, a rede de apoio formada por amigos é essencial para a sociabilidade e pertencimento a universidade, como as sugestões de componentes curriculares e professores, ajudando a manter um coeficiente de rendimento necessário para a continuidade no curso.

No entanto, para estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo, é apontado desafios significativos, como a dificuldade em conseguir vagas em disciplinas com professores recomendados e a necessidade de dedicação exclusiva para alcançar um bom desempenho acadêmico. A pesquisa indica que, na prática, o curso não tem oferecido condições adequadas para que esses estudantes possam decidir sua carreira profissional com mais tempo, o que se torna um obstáculo para aqueles que veem o trabalho como uma forma de melhorar as condições de vida de suas famílias.

Portanto, consideramos que embora o BI ofereça oportunidades de formação ampla e interdisciplinar, ele também reproduz e, em alguns casos, intensifica as desigualdades socioeconômicas e acadêmicas. A seletividade no acesso e permanência na universidade continua a ser um desafio, especialmente para estudantes com o perfil semelhante ao pesquisado. O entendimento de que a permanência universitária é uma interação entre fatores estruturais e simbólicos é fundamental para abordar e mitigar essas desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. S.. A interdisciplinaridade nas novas configurações curriculares da educação superior brasileira: o caso dos BI da UFBA. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 355-374. set/dez. 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.5585/EccoS.n47.7936>. Acesso em: 20 out. 2020.

BASSALO, L. M. B.; WEIDONG, C.; WELLER, W.. Origem familiar, percursos acadêmicos e projetos de estudantes universitários brasileiros e chineses. In: **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. DWYER, T.; ZEN, E. L. *et. al.* (Orgs.) Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 165 – 190.

MUNANGA, K.. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>. Acesso em: 5 ago. 2023.

OLIVEN, A. C.. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas

universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/539>. Acesso em: 6 ago. 2023.

SANTOS, D. B. R.. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G.. A démarche interdisciplinar do grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil. In: PHILIPPI JR., A.; FERNANDES, V.; ALVARENGA, A. T.; PELICIONI, M. C. F.. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Editora Manole, 2015. p. 699 – 714.

SOTERO, E.. O desafio da permanência estudantil no contexto das ações afirmativas: o caso da Universidade Federal da Bahia. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 725–743, 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/17160>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ZAGO, N.. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2006, vol.11, n.32, p. 226-237. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

**Palavras-chave:** Bacharelado Interdisciplinar. Cotista. Permanência.